



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Comitê de Tecnologia da Informação

**ATA DA QUARTA REUNIÃO DO COMITÊ DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.**

Aos sete (07) dias do mês de janeiro do ano de dois mil e oito (2008), às nove horas e trinta minutos (09h30), no auditório "Procurador de Justiça João Bosco Carneiro," reuniu-se o Comitê de Tecnologia da Informação, constituído pela Portaria Nº 1.392/2007, publicada no Diário Oficial de Justiça do dia 11 de outubro de 2007 e composta pelos seguintes Membros: **Procurador de Justiça Alcides Orlando de Moura Jansen, Secretário-Geral do Ministério Público Cláudio Antônio Cavalcante, Promotor de Justiça Corregedor Alexandre César Fernandes Teixeira, Promotor de Justiça Gustavo Rodrigues Amorim, Diretora de Planejamento Arlinda Maria Pimentel Rodrigues Leite, Coordenadora de Informática Maria José Gomes de Oliveira e o Programador Daniel Cavalcanti Lins Falcão.** A reunião foi coordenada pelo Procurador de Justiça Doutor Alcides Orlando de Moura Jansen, que abriu os trabalhos submetendo à aprovação a ata da terceira reunião do Comitê de Tecnologia da Informação do Ministério Público; aprovada, todos os membros assinaram a referida ata e Dr. Alcides pediu para que a Diretora de Planejamento encaminhasse através de ofício uma cópia daquela à Procuradora-Geral de Justiça. Em seguida, Dr. Alcides leu para os presentes o e-mail do Dr. Gustavo Amorim remetido ao Comitê informando da impossibilidade de comparecimento a reunião, em virtude de estar em Salamanca, na Espanha, para defender a tese de doutorado no dia (08) oito de janeiro do corrente ano. Registramos também a ausência da senhora Maria José Gomes de Oliveira, por estar em viagem de férias, fato comunicado informalmente na segunda reunião do Comitê. Dando seqüência, Dr. Alcides mostrou aos presentes artigo publicado na internet, o qual informa que em solenidade

realizada no Supremo Tribunal Federal, foi inaugurado no último mês de dezembro, o Sistema de Peticionamento Eletrônico, por meio virtual, com o uso de certificação digital. Foi um momento histórico, marcado pela iniciativa do Procurador-Geral da República ao ingressar com a primeira Ação Direta de Inconstitucionalidade em formato eletrônico. Na ocasião a presidente do STF, Ministra Ellen Gracie, classificou a inovação como “uma alteração de comportamento, e não só tecnológica”. Ainda com a palavra, Dr. Alcides comentou notícia emanada do Conselho Nacional de Justiça, relatando a discussão, em evento também ocorrido no mês de dezembro p.passado, com a participação de técnicos do Conselho da Justiça Federal e dos Tribunais Regionais Federais propondo um sistema padrão para todo o Poder Judiciário. Diante do fato, Dr. Alcides ponderou que o desenvolvimento de um sistema único a nível federal ainda estando nas discussões preliminares, recomenda, em sua opinião, que se aguarde e se acompanhe o andamento dos fatos. Dr. Alcides falou da nossa carência de pessoal técnico da área de informática, destacando que atualmente só possuímos apenas um servidor qualificado para desenvolvimento de sistemas, dificultando sobremaneira o andamento dos trabalhos do Comitê, já que o mesmo está sobrecarregado de serviço na Instituição, e, na oportunidade, perguntou a Doutor Cláudio se já tinha uma data para a Procuradora-Geral de Justiça nomear os concursados. Com a palavra Dr. Cláudio que inicialmente desejou a todos os presentes um feliz 2008, de paz, harmonia e integração, estendendo aos familiares, bem como deseja que o Ministério Público se fortaleça e se desenvolva cada vez mais em defesa da sociedade. Continuando, Dr. Cláudio informou que, em atendimento a solicitação da Procuradora-Geral, Doutora Janete Ismael, está fazendo levantamento junto a Diretoria Administrativa e de Finanças, para precisar o quantitativo de servidores a serem nomeados. Dando continuidade, Dr. Alcides parabenizou todos os que fazem a Diretoria de Planejamento pela celeridade em solucionar junto a Superintendência de “A União” a disposição do Segundo Caderno do Diário da Justiça em nossa página principal da Internet, inclusive comentando que as edições estão sendo disponibilizadas rigorosamente em dia. Sugeriu que se indicasse à Doutora Janete a expedição de ofício circular para todos os Membros, informando este feito, pois certamente será uma informação de grande valia para os Procuradores e Promotores de Justiça. Com a palavra, Dr. Alexandre César que desejou um feliz 2008 para todos, com saúde, principalmente, e parabenizou Daniel pela organização do link da Corregedoria-Geral. Em seguida, o Dr. Alexandre sugeriu que fosse mantido contato com o Secretário da Cidadania e Justiça, Doutor Pedro Adelson, através de uma audiência marcada com a presença da Procuradora-Geral de Justiça, com a finalidade de implementar nos presídios um banco de dados para registro dos apenados, visando a transparência e controle dos dados, agilizando, sobremaneira, a fiscalização do Promotor de Justiça. Dr. Cláudio ficou encarregado de tomar todas as providências para marcar uma audiência junto a Secretaria de Cidadania e Justiça, para discussão do assunto. No decorrer da reunião, Dr. Alcides solicitou que se registrasse a presença

a partir de então do Procurador de Justiça e Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF, Dr. José Raimundo de Lima, a quem o Dr. Alcides falou que a finalidade do convite ao Coordenador do CEAF para esta reunião, era a de propor a realização de um Seminário com vistas a enfatizar aos Membros a importância de se prepararem, desde logo, para a informatização do processo judicial. Ainda com a palavra, sugeriu que o Seminário poderia ter a duração de dois dias, a realizar-se em (10) dez e (11) de abril do ano de dois mil e oito, com a seguinte programação: Dia dez, às dezessete horas, palestra do Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Doutor Petrônio Calmon, que atualmente preside a Comissão de Informatização dos Ministérios Públicos Estaduais; dia onze, pela manhã, exposição do sistema E-Jus, que está sendo desenvolvido por técnicos do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba e à tarde, palestra do Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça, Juiz Sérgio Tejada. Com a palavra Dr. José Raimundo que agradeceu o convite e pediu desculpas pelo atraso, justificando problemas de saúde, e falou de sua visita no ano passado ao Ministério Público de Santa Catarina, o que o possibilitou visualizar o quanto aquela Instituição está avançada em termos tecnológicos em relação ao Ministério Público paraibano. Disse ainda, que a Instituição precisa investir na área de informática, que o Ministério Público não poderá ficar inerte ao processo judicial informatizado. Ainda fazendo uso da palavra, Dr. José Raimundo, disse que concorda com a sugestão de Dr. Alcides em realizar o Seminário no mês de abril e que o CEAF dará prioridade absoluta para o planejamento e a realização do evento. Na ocasião, todos os presentes foram unânimes em concordar com as proposituras para a realização do Seminário. Em seguida Dr. Alcides perguntou se a Diretora de Planejamento, Dr^a. Arlinda tinha algum assunto para expor ao Comitê. Dr^a Arlinda falou sobre a aprovação do orçamento de 2008, no qual a Dr^a Janete fez questão de disponibilizar a importância de (R\$ 1.500.000,00) um milhão e quinhentos mil reais para investimento na área de informática; informou aos presentes que as aquisições de equipamentos e serviços de informática através de licitação e registro de preços que foram realizadas em dezembro do ano passado obtiveram sucesso, ficando de informar na próxima reunião do Comitê as datas de entrega dos equipamentos. Na seqüência, a Dr^a. Arlinda comunicou aos presentes que atendendo solicitação do Coordenador da Central de Acompanhamento de Inquéritos Policiais - CAIMP de Campina Grande, Doutor Marcus Leite, os técnicos de informática irão instalar o banco de dados utilizado pela CAIMP de João Pessoa, visando uniformizar as informações, para posteriormente possibilitar a consulta do andamento dos inquéritos pela Internet, como já vem ocorrendo com os da Capital. Ainda com a palavra e aproveitando a presença do Coordenador do CEAF, Dr^a. Arlinda enfatizou a necessidade de realizar treinamento no editor de textos Br-Office, software livre, aos Procuradores e Promotores de Justiça e Servidores, com vistas a minimizar as dificuldades dos usuários em sua utilização. Com a palavra Dr. José Raimundo, que falou da resistência dos Membros em utilizar o Br-Office. Na oportunidade, o Dr. Alcides ponderou que os usuários

precisam se adequar a esta ferramenta, em vista de ser custo zero para a Instituição, enquanto que o Office da Microsoft importa em investimento de custo elevado, informando ainda que o Ministério Público do Rio Grande do Norte já vem adotando o Br-Office há algum tempo. A Diretora de Planejamento, Dr^a. Arlinda também informou que o Tribunal de Justiça da Paraíba está adotando o software livre e realizou treinamento com o pessoal de informática para formar multiplicadores com *know-how* no Br-Office. Dr. José Raimundo concordou e destacou a importância em realizar treinamento solicitado, mas ponderou que o CEAJF está com a agenda sobrecarregada e que tão logo realize o Seminário de Informática, sua equipe fará o planejamento para o curso de utilização do software Br-Office. Nada mais havendo a tratar, o senhor Coordenador deu por encerrados os trabalhos e Eu, _____, Secretária, lavrei a presente Ata que assino com os demais Membros do Comitê de Informática. João Pessoa, 07 de janeiro de 2008.

Alcides Orlando de Moura Jansen
Procurador de Justiça – Coordenador

Cláudio Antônio Cavalcanti
Promotor de Justiça/Secretário-Geral

Alexandre César Fernandes Teixeira
Promotor de Justiça Corregedor

Gustavo Rodrigues Amorim
Promotor de Justiça

Arlinda M^a Pimentel R. Leite
Diretora de Planejamento

Maria José Gomes de Oliveira
Coordenadora de Informática

Daniel Cavalcanti Lins Falcão
Programador